



NELSON
CADENA

b correio24horas.com.br/24h/nelsoncadena

ESCRAVOS MARCADOS PARA SEMPRE

Joaquim era um escravo alto, boçal, da etnia Babé, pertencia a Domingos Pires dos Santos Chaves, dono do bergantim Triunfo da União que fazia a rota da Costa da Mina. Fugiu num descuido de seu proprietário que ofereceu uma recompensa, pela sua captura, em anúncio publicado no jornal Idade D'Ouro do Brasil, em 24/8/1813. Joaquim tinha um inequívoco sinal que facilitava a sua identificação: um "V" gravado no meio dos peitos. Era apenas um dos milhares de escravos que vieram para o Brasil marcados a ferro, como o gado, numa das práticas mais cruéis, desumanas e costumeiras no tráfico de seres humanos, em especial no período entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século seguinte.

Também tinha marca gravada no corpo, uma cruz na barriga, um escravo jovem da nação Cabinda que fugiu vestindo uma camisa nova de linhagem da França, provavelmente pertencente a seu proprietário Joaquim Geraldes Tavares Cabral, em meados de 1817. A escrava Sofia, da nação Nagô, que fugiu da casa de Antônio Rodrigues Viana, em 1843, tinha uma marca redonda gravada na testa. Joaquim, o escravo sem nome e Sofia e milhares de africanos vieram para a Bahia marcados para sempre, não apenas no emocional-espiritual, mas no seu próprio corpo.

A prática de ferrar os escravos era comum entre os fornecedores das nações africanas, tinha o mesmo propósito que tem hoje os fazendeiros quando marcam os bovinos, delimitar o seu plantel. Quem adquiria a "mercadoria" sabia sua origem. Nenhum dos fotógrafos que nos legaram imagens de escravos no século XIX teve a curiosidade, ou a permissão, de fotografar essas marcas, não confundir com as tatuagens de lanhos no rosto dos nagôs e ussás, característicos de suas nações. A maioria das imagens conhecidas, cartões-postais com fotos produzidas em estúdio e as feitas na rua, também tinha um propósito comercial e não documental.

Apesar dessa omissão iconográfica, conhecemos pelo menos as marcas que eram gravadas no corpo com ferro quente, a maioria nos peitos, ou entre os peitos, como no caso do escravo Joaquim, mas também algumas nos braços, na barriga ou na panturrilha, através dos 11 livros de registro de banguê da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, no período entre 1742 e 1862, elencando dezenas de milhares de nomes. O banguê era o esquite para o sepultamento dos cativos, uma espécie de liteira de segunda classe, assemelhava-se a uma rede com duas varas para carregar o corpo.

A Santa Casa de Misericórdia tinha a exclusividade dos sepultamentos e, por isso, registrava nos livros o nome do falecido, a etnia a que pertencia, o seu proprietário, o nome da embarcação, quando falecido a bordo ou logo após a chegada, e a marca gravada no corpo (quando tinha). O escravo desenhava a marca para ficar bem explícita a informação. A gravura costumava ser uma letra maiúscula: A, V, M, B, ou, então duas letras montadas: AB, AR, ou três, ou uma combinação de setas e números, ou uma figura geométrica, ou ainda letras com uma linha atravessada. Várias alternativas de diferenciação e exclusividade.

O escravo convivia boa parte de sua vida com a humilhação de uma marca no corpo que lhe fora imposta a ferro quente e, ao falecer, era identificado com essa marca que para os registros oficiais era tão relevante quanto o seu nome. É mais importante que o seu sobrenome, que para os livros não existia.

A prática de ferrar os escravos era comum entre os fornecedores das nações africanas



Desabamento parcial aconteceu em 23 de setembro de 2016 e completa um ano amanhã com local fechado

SALVADOR CENTRO DE CONVENÇÕES

Cadê o laudo?

Acidente no Centro de Convenções faz um ano sem laudo divulgado

Júlia Vigné

mais@correio24h.com.br

Amanhã faz um ano do desabamento parcial do Centro de Convenções da Bahia (CCB), ocorrido no dia 23 de setembro de 2016, mas o laudo técnico, que analisa a causa do acidente e a situação da estrutura do equipamento, ainda não foi divulgado. Sequer sabe-se o resultado do inquérito policial aberto na 9ª Delegacia (Boca do Rio).

O laudo feito pelo Departamento de Polícia Técnica (DPT) no mesmo mês do acidente só ficou pronto oito meses depois, em maio deste ano. O prazo seria de 10 dias, prorrogáveis por mais 30 repetidas vezes. Segundo o órgão, a demora na conclusão se deu porque havia risco para a equipe de peritos.

Pelo caminho legal, o laudo é encaminhado para a delegacia, que tem o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado outras vezes pelo mesmo período, para concluir o inquérito. É aí que a resposta para o que provocou o acidente vira um misté-

ério: não há informações sobre o que o laudo técnico indicou para a delegada responsável, muito menos se os responsáveis foram ouvidos e se houve uma conclusão para o caso.

O CORREIO procurou por dois dias a delegada responsável pelo inquérito, que não atendeu à reportagem, assim como a Polícia Civil, que encaminhou a demanda à Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA) e a repassou para a Secretaria de Comunicação (Secom), que não respondeu aos pedidos de informação.

13 ANOS SEM REPAROS

Diante da negativa de acesso dos órgãos do governo do estado ao laudo técnico do acidente, o CORREIO entrou em contato com o engenheiro responsável pelo projeto original do Centro de Convenções, da década de 1970, Carlos Strauch.

Ele acompanhou os peritos do DPT que trabalharam na produção do laudo e afirmou que a causa do acidente foi falta de manutenção. "O laudo diz o que eu já tinha apontado para o governo: a causa do acidente foi falta de manutenção. Foram 13 anos em que o Centro de Convenções não recebia reparos na estrutura. Eles só faziam intervenções no aparelho de apoio", disse Strauch.

O engenheiro ainda ressaltou que ele e os peritos do DPT

flagraram que a peça que quebrou - o tirante - diminuiu de tamanho em 70% por conta da falta de manutenção. "Eu subi com o perito nas plataformas, medimos o tirante e tinha apenas 3mm de tirante, enquanto o normal é 10mm. Não tem condições de um tirante de 3mm suportar aquela estrutura", explicou.

O engenheiro também defende que o prédio do Centro de Convenções ainda pode ser utilizado, caso uma manutenção seja realizada. "É claro que dá para utilizar. Precisa-se fazer a manutenção no resto do prédio e construir uma nova estrutura na parte que houve o desabamento", defendeu Strauch, que resalta que ainda há risco do prédio desabar.

SEM NOTÍCIAS

Apesar do que diz o engenheiro responsável pelo projeto, nem mesmo o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA) e o Instituto de Arquitetos do Brasil - Bahia (IAB-BA) conhecem o conteúdo do laudo oficial. Não há obrigatoriedade de que as duas entidades sejam comunicadas sobre o resultado, mas, ainda assim, o próprio Crea solicitou que o governo emitisse um laudo.

O coordenador da Câmara de Engenharia Civil do Crea-BA, Leonel Borba, atesta que também não teve contato

50 MI
de reais é o valor da dívida trabalhista da que provocou a penhora do imóvel

1 ANO
completa amanhã que parte do Centro de Convenções desabou em Salvador

3 MM
era a largura do tirante que rompeu no acidente; deveria ser de 10 mm

Nelson Cadena é publicitário e jornalista, escreve as sextas-feiras

com o laudo: "Nós fizemos um relatório próprio em outubro em que percebemos que a causa do acidente foi falta de manutenção. O que houve foi um rompimento do tirante, que estava enferrujado e, no momento da troca, acabou caindo. Como a peça era grande e sustentava outras vigas, uma peça foi puxando a outra".

Na época do desabamento, o CORREIO noticiou que a empresa Metro Engenharia e Consultoria realizava reparos na estrutura do CCB de forma irregular, sem autorização da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), o que foi levantado como um dos fatores responsáveis pelo desabamento.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Se na área cível e criminal nada se sabe, o assunto tem andado na Justiça do Trabalho, por conta de uma dívida trabalhista de R\$ 50 milhões da Bahiatur, empresa pública que administrava o Centro de Convenções e era ligada ao governo do estado, pela Setur.

No último dia 6, uma audiência foi realizada pela 34ª Vara do Trabalho de Salvador, responsável por determinar a penhora do imóvel e por suspender obras no local em novembro de 2016. Com isso, o leilão do atual terreno, anunciado pelo governo do estado, não pode acontecer.

🔊 O tirante tinha apenas 3mm, o normal é 10mm. Não tem condições de suportar Carlos Strauch

Engenheiro responsável pelo projeto original do equipamento, sobre perícia no local

Como resultado, a audiência abriu a possibilidade de o governo voltar a realizar obras de reparo na estrutura. O perito nomeado para verificar se manter o imóvel sem obras poderia comprometer a estrutura ou se havia risco de desabamento, Helder Araújo Andrade, pediu destituição do caso.

Ele afirmou que buscou contratar um especialista na área de estruturas metálicas, alicerce utilizado no Centro de Convenções, para que o profissional acompanhasse a perícia e emitisse um parecer específico, e não conseguiu.

"Há uma necessidade de um acompanhamento de um especialista na área de estruturas metálicas para que este, em sua especialidade, realize as devidas análises e cálculos es-

truturais para melhor conclusão e auxílio do Juízo e resolução da problemática", disse.

Na audiência, realizada pela juíza Ana Paola Santos Machado Diniz e com representantes da Secretaria de Administração do Estado (Saeb) e do procurador do Estado Frederico Augusto Valverde Oliveira, foi indicado que o engenheiro civil Luiz Alberto Nolasco e os arquitetos Fernando Faria de Almeida e Abel Travassos assumam a perícia. Os dois primeiros trabalharam na Bahiatur.

Os indicados têm até hoje para analisar a documentação apresentada pelo Estado, que sustenta que o CCB deve passar por obras. A audiência também determinou que o CCB fosse vistoriado na última segunda (18) pelos assistentes técnicos da obra, além do superintendente de patrimônio da Saeb, José Anísio Leal Costa, e pelo especialista em obras públicas e fiscal de obras Rafael Cerqueira de Oliveira.

O laudo validando - ou não - as providências sugeridas pelo Estado será apresentado até 28/9. As partes têm até 6/10 para se manifestar. As obras poderão voltar, caso o laudo esteja de acordo com as providências sugeridas pelo Estado.

Enquanto não se decide o destino do CCB, a comunidade faz, no próximo domingo, um 'abraço' no local, às 9h.

Ministério Público apura se houve omissão do poder público

Além da Justiça do Trabalho, outra entidade jurídica também está de olho no caso do Centro de Convenções da Bahia. O Ministério Público do Estado (MP-BA), através do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (Gepam), está apurando o acidente que completa um ano amanhã.

Segundo informou o MP-BA, por meio da assessoria de comunicação, um procedimento foi instaurado para apurar se houve ação ou omissão do poder público que tenha contribuído para ocasionar o desabamento no equipamento, que aconteceu no dia 23 de setembro do ano passado.

"O procedimento encontra-se em fase avançada, aguardando a conclusão das perícias realizadas pela Central de Apoio Técnico (Ceat) do MP-BA para sua finalização", explica o MP-BA, em nota enviada ao CORREIO.

O QUE DIZ CADA UM?

Secretaria de Administração do Estado (Saeb) Foi contatada três vezes na terça-feira (19) e uma na quarta (20), quando encaminhou a reportagem à Secom

Secretaria de Comunicação do Estado (Secom) Foi contatada na terça (19), quarta (20) e ontem, entre tentativas por telefone, app de mensagens e e-mail, sem respostas

Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA) Procurada na terça-feira (19) sobre o laudo, respondeu na quarta (20), que procurasse a Secom

Departamento de Polícia Técnica (DPT) Informou na terça (19) que o laudo havia sido enviado em maio para a 9ª Delegacia (Boca do Rio) e que não podia ser disponibilizado

Polícia Civil Foi procurada para dar informações sobre o laudo, mas recomendou que procurasse a SSP-BA

9ª Delegacia A delegada adjunta Ana Francisca informou que não estava com o processo e a titular, Rogéria Araújo, não estava no local. Procurada por telefone, Rogéria não atendeu

Tribunal Regional do Trabalho (TRT5) A 34ª Vara falou sobre o leilão, mas não tinha informações sobre o laudo

UM CARRO COMO ESTE MERECE UMA SUPEROFERTA.





CITY COM BÔNUS DE ATÉ R\$4.000
NA AVALIAÇÃO DO SEU USADO

FINANCIAMENTO COM TAXA DE 0,49% EM ATÉ 36 MESES





HONDA

A sua concessionária **Honda na Bahia**



HONDA Imperial

Alfaville 71 3360-2600

Correio de Vitória 71 3054-9300

Mace 71 2108-1312

Pituba 71 2167-1520

Faixa de Santana 75 2107-1322

honda_imperial

imperial_honda

@honda_imperial

Minha escolha faz a diferença do trânsito.

Honda City 2017/2017 com bônus de até R\$ 4.000,00 na avaliação do seu veículo usado ou financiamento com entrada de 60% e saída em até 36x com taxa de 0,49% (todas as versões exceto a versão LX CVT que oferta financiamento com entrada de 60% e parcelamento em 24x com taxa de 0,49%). Para os demais modelos consulte nossos consultores de vendas e conheça nossas ofertas. Financiamento sujeito a análise de crédito e aprovação pelo Banco Honda. Imagens meramente ilustrativas.



